

Brasil tem metas difíceis de cumprir

Economistas dizem que superávit de US\$ 11 bi na balança comercial acertado com o FMI deve aprofundar a recessão e aumentar o desemprego

Ricardo Leopoldo
Da equipe do **Correio**
Com agências

O governo brasileiro deve anunciar amanhã os termos do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A missão brasileira, que concluiu as negociações, desembarcou ontem em Brasília, depois de 20 dias de reuniões em Washington. O texto final do Memorando Técnico de Entendimentos, que contém os novos compromissos assumidos com o FMI, será revisado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. "Temos de fechar alguns detalhes de redação", afirmou o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru, ao chegar em Brasília.

Segundo ele, o governo vai aproveitar a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que será realizada nos dias 15 e 16 em Paris, para fazer uma grande apresentação internacional do acordo. Antes da reunião do BID, o ministro Malan, o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, que chefiou a missão ao FMI, visitarão os principais centros financeiros internacionais para contatos com investidores.

A ideia é que depois das visitas toda a equipe se encontre em Paris. Malan terá reuniões quinta-feira e sexta-feira com investidores em Frankfurt (Alemanha) e Paris. Enquanto isso, o presidente do Banco Central estará em Nova York e Londres e outra equipe em Tóquio, no Japão. O secretário de Política Econômica, Amaury Bier, deve também chefiar o grupo que vai a Espanha e é provável que participe dos encontros em Nova York com Arminio Fraga.

Os encontros servirão para atrair novas linhas de financiamento ao Brasil, que praticamente fecharam depois da crise. "Com a renovação da confiança e a retomada dos financiamentos, teremos um ambiente que produzirá resultados externos melhores", afirmou Caramuru.

Analistas do mercado financeiro e economistas têm dúvidas quanto à capacidade do país cum-

prir os objetivos acertados com o FMI em Washington. A meta de superávit de US\$ 11 bilhões na balança comercial (exportações maiores do que as importações), neste ano, prevista no novo acordo indica que o país terá de mergulhar numa recessão ainda mais profunda, com queda do crescimento de 6%. Com isso, a taxa de desemprego poderá aumentar dos 7,73% em janeiro para 14% em abril ou maio.

Para Luis Roberto Cunha, professor da PUC no Rio de Janeiro, o resultado positivo na balança comercial pode ser obtido por meio do forte crescimento das exportações, principalmente de produtos agrícolas, como soja e café. Mas Cunha alerta que dificilmente o País conseguirá ampliar a receita com este tipo de exportação. "Como o preço desses produtos está em queda no mercado internacional porque a oferta é grande, essa é uma hipótese pouco provável", afirma o economista.

RECESSÃO

A outra possibilidade seria uma redução violenta das importações, provocada pelo desaquecimento agudo da atividade econômica. Segundo o acordo com o FMI, o Produto Interno Bruto (PIB) — a soma dos bens e serviços produzidos no país em um ano — deverá diminuir entre 3,5% e 4% em 1999. Para o professor Celso Martone, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), o país precisaria tornar ainda maior forte a recessão para obter um saldo positivo de US\$ 11 bilhões na balança comercial. "Acredito que nestas circunstâncias, o crescimento cairia 6%", afirma. "Com isso, a taxa de desemprego pode atingir 14% até maio."

Na planilha de cálculos de Mário Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas, os US\$ 11 bilhões é um resultado muito forte, pois o saldo no ano passado foi negativo em US\$ 6,4 bilhões. "Para atingir essa marca, seria preciso uma queda de 25% das importações e um aumento de 6% nas exportações", comenta. As compras do exterior, segundo o economista, teriam de baixar de US\$ 57,6 bilhões para US\$ 43,2 bilhões. As vendas para outros países precisam aumentar de US\$ 51,1 bilhões para

Renato dos Anjos/6.6.97



Porzecanski: "Os analistas estão pessimistas em relação à capacidade do país em melhorar as contas públicas"

US\$ 54,2 bilhões. "Nesse cenário, a recessão mais aguda é inevitável."

Pochmann estima que com uma queda de 5% no PIB deste ano, a le-

gião de pessoas sem trabalho aumentará dos atuais 6,6 milhões para 11,2 milhões. Isso significa que a taxa desemprego pesquisada pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atingirá 15,3%. "Com uma queda de 6% no PIB, o número de desempregados dobrá-

ria em um ano, passando para 12,1 milhões", afirma o economista.

O cumprimento do acordo com o FMI também levanta outras dúvidas entre os acadêmicos, especialmente quanto às metas para inflação e cotação do dólar. Os índices de preços, para o Fundo, não poderá neste ano superar os 17%. O professor Luis Roberto Cunha acredita que a previsão é otimista, pois depende de que a cotação do dólar baixe em poucas semanas dos atuais R\$ 1,99 para uma faixa entre R\$ 1,75 e R\$ 1,80. "A inflação deve alcançar 20% no ano", afirma Cunha. "Se o dólar continuar na faixa dos R\$ 2, o custo de vida vai superar os 17%, comprometendo a meta fechada com o Fundo."

EMPRÉSTIMOS

Para o economista, a estabilização do dólar somente deverá ocorrer quando os bancos estrangeiros voltarem a liberar empréstimos comerciais ao país. A mudança de humor dos credores seria muito positiva, pois aumentaria a oferta de dólares no mercado nacional. Com isso, os exportadores conseguiram créditos para anteciparem suas receitas em moeda norte-americana e os importadores poderiam prolongar o pagamento das importações. "Mas a recuperação do fluxo comercial não ocorrerá imediatamente. Imagino que não começará antes do final de abril", comenta Cunha.

"É preciso esperar ainda umas cinco semanas para que os créditos voltem a migrar para o Brasil. Os analistas de Wall Street ainda estão pessimistas quanto a capacidade do país de melhorar suas contas públicas", afirma Arturo Porzecanski, economista-chefe para as Américas do ING Barings.

Charles Blitzer, economista-chefe para a área internacional do DLJ, ressalta que os recursos retornarão ao Brasil quando os credores voltarem a acreditar no governo. "Para que isso ocorra, é fundamental que o Banco Central combatá a inflação com forte política monetária", afirma. Além disso, outros fatores são fundamentais: um deles é a liberação da parcela de US\$ 9 bilhões do FMI, que deverá ocorrer em abril. "É necessário também a aprovação da CPMF no Congresso e a conclusão dos acordos dos estados com o governo. Os encontros do ministro da Fazenda, Pedro Malan com a comunidade financeira nos próximos dez dias também serão imprevisíveis para melhorar a imagem do país".